

1.4 O Ensino Médio em Contextos Indígenas

150. As práticas pedagógicas nas escolas indígenas têm sido referenciadas por um conjunto de princípios e elementos etnoculturais que estão associadas aos projetos societário de cada povo, levando em conta as cosmologias indígenas e valorização dos saberes, de modo que seja possível pensar as produções e paisagens curriculares que atendam e estejam de acordo com os interesses e as necessidades das comunidades. Essas possibilidades são resultado da luta de indígenas e indigenistas, ultrapassando, assim, a ideia colonizadora de uma escola para índios a uma outra com os indígenas, com escolas dentro das aldeias, com professores indígenas, que visam preparar o estudante no contexto da sua comunidade – para servir e trabalhar no seu próprio território e interagir com o seu entorno e com o mundo conduzida pela própria comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios.

151. Em se tratando do Ensino Médio nas escolas indígenas, alguns dispositivos legais, sobretudo as DCNEEI (2013), reforçam a autonomia, o desenvolvimento e a implantação da oferta desta etapa nas escolas indígenas, ressaltando que:

Art. 10 O Ensino Médio, um dos meios de fortalecimento dos laços de pertencimento identitário dos estudantes com seus grupos sociais de origem, deve favorecer a continuidade sociocultural dos grupos comunitários em seus territórios.

§ 1º As propostas de Ensino Médio devem promover o protagonismo dos estudantes indígenas, ofertando-lhes uma formação ampla, não fragmentada, que oportunize o desenvolvimento das capacidades de análise e de tomada de decisões, resolução de problemas, flexibilidade para continuar o aprendizado de diversos conhecimentos necessários a suas interações com seu grupo de pertencimento e com outras sociedades indígenas e não indígenas.

§ 2º O Ensino Médio deve garantir aos estudantes indígenas condições necessárias à construção do bem viver de suas comunidades, aliando, em sua formação escolar, conhecimentos científicos, conhecimentos tradicionais e práticas culturais próprias de seus grupos étnicos de pertencimento, num processo educativo dialógico e transformador.

§ 3º Cabe aos sistemas de ensino, por meio de ações colaborativas, promover consulta livre, prévia e informada sobre o tipo de Ensino Médio adequado às diversas comunidades indígenas, realizando diagnóstico das demandas relativas a essa etapa da Educação Básica em cada realidade sociocultural indígena.

§ 4º As comunidades indígenas, por meio de seus projetos de educação escolar, têm a prerrogativa de decidir o tipo de Ensino Médio adequado aos seus modos de vida e organização societária, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 2/2012.

§ 5º Na definição do Ensino Médio que atenda às necessidades dos povos indígenas, o uso de suas línguas se constitui em importante estratégia pedagógica para a valorização e promoção da diversidade sociolinguística

152. As orientações dadas pelos dispositivos legais garantem às escolas indígenas autonomia para a construção de uma proposta curricular que esteja associada aos seus projetos de futuro e de mundo, construída coletivamente e que promova as condições necessárias a uma formação escolar que não esteja desassociada aos seus contextos de sobrevivência, dando “condições necessárias à construção do bem viver de suas comunidades” (DCNEEI, 2013.p 5).

153. Levando em consideração essas e normativas, a Secretaria Estadual de Educação, através da Coordenação Estadual de Educação Indígena (CIN), vem promovendo debates e reflexões junto aos Povos Indígenas, sobretudo em espaços de formação de professores indígenas, para a criação e regulamentação de dispositivos legais – em consonância com a concepção de educação diferenciada – que preservem as línguas, as tradições e valorizem os costumes e saberes milenares da cultura indígena.

154. Nesse ponto de vista, investe-se em caminhos que permitam às escolas indígenas pensarem para suas escolas de Ensino Médio currículos organizados de forma a possibilitar práticas dialógicas e para a produção das diferenças, em que a metodologia deve promover o desenvolvimento e desempenho da prática pedagógica de maneira interdisciplinar e intercultural, garantindo a especificidade da EEI com base na pluralidade cultural de concepções pedagógicas conforme propostas nos textos normativos que regulamentam essa Modalidade educacional. Deve-se considerar, então – nos currículos da EEI – a pluralidade de ideias com a flexibilidade necessária ao respeito e à valorização das concepções teóricas e metodológicas de ensino e aprendizagem de cada povo e comunidade, bem como as escolhas de formato/modalidade de ensino médio que considere as potencialidades de cada território indígena, contribuindo, assim, com os projetos societários de “bem viver” de cada povo/comunidade indígena.

155. Dessa forma, a criação das Matrizes Curriculares para a etapa do Ensino Médio promoveu reflexões e trouxe contribuição dos diversos componentes curriculares no estudo de temas que se referem à defesa da cultura, do território, dos projetos societários, dos direitos e da valorização da interculturalidade.

156. Considerando a meta 03 do PNE (Lei Nº 13.005/14), que trata da universalização, até 2016, do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e aponta para a elevação, até o final do período de vigência do Plano da taxa líquida de

matrículas no Ensino Médio para 85%, a Bahia, conforme o Censo escolar INEP/SEC 2020, 21 das 27 unidades escolares indígenas ofertam a etapa do Ensino Médio

157. Ainda conforme as estratégias do PNE, especificamente a 3.1 em que “(...) currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte (...)”, a matriz curricular específica para as escolas indígenas na referida etapa, consegue atender as proposições da Medida Provisória nº 748/2016, sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, em fevereiro de 2017. Vale ressaltar que as orientações da BNCC são contempladas nas competências e habilidades a serem trabalhadas, não necessariamente na matriz Curricular.

158. O marco legal da EEI apresentado confirma a responsabilidade que se deve ter em relação à Modalidade em questão. Nesse sentido, é importante considerar que não deve existir formulação de propostas e políticas de educação sem a escuta dos povos indígenas. Por esse motivo, adotou-se na construção da Matriz Curricular a escuta enquanto metodologia que se define pela abertura para a expressão e manifestação indígena, valorizando a construção coletiva de/com sujeitos interessados (professores/as, gestores/as, estudantes e lideranças indígenas, caciques e pajés), ou seja: toda a comunidade indígena, além do Fórum de Educação Escolar Indígena da Bahia (FORUMEIBA). Portanto, acredita-se que a Matriz a ser apresentada respeita direitos já garantidos, a autonomia das escolas indígenas, bem como contempla a diversidade implícita na pluralidade étnica baiana no que toca aos contextos de cada povo indígena.

**159. MATRIZ CURRICULAR ENSINO MÉDIO – 1ª A 3ª SÉRIES – NOTURNO.
ADAPTAÇÃO À LEI Nº 9.394/96, À RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/2012 E AO
PARECERCNE/CEB Nº 13/2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação
Escolar Indígena)
INICIO: ANO 2021**

Dias Letivos: 200	Semanas Letivas: 40	Dias Semanais: 05	Nº horas/aula/dia: 05	
EIXOS	AREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária Semanal por Série	
			Base Nacional	Itinerários da

Eixo I – Múltiplas Linguagens			Comum			Educação Escolar Indígena		
			1^a	2^a	3^a	1^a	2^a	3^a
			Séri e	Séri e	séri e	Séri e	séri e	séri e
Linguagens		Língua Portuguesa	3	3	3	-	-	-
		Língua Indígena	2	2	2	-	-	-
		Língua Estrangeira Moderna	1	1	1	-	-	-
		Arte	2	2	2	-	-	-
		Educação Corporal (Educação Física)	1	1	1	-	-	-
	Matemática	Matemática	3	3	3	-	-	-
Eixo II – Conhecimen tos Socioambie	Ciências da Natureza	Biologia	2	2	2	-	-	-
		Física	2	2	2	-	-	-
		Química	2	2	2	-	-	-

ntais	Ciências Humanas	História	2	2	2	-	-	-
		Geografia	2	2	2	-	-	-
		Filosofia	1	1	1	-	-	-
		Sociologia	1	1	1	-	-	-
Carga Horária Semanal			24	24	24	1	1	1
Carga Horária Anual (40 semanas letivas)			960	960	960	40	40	40

Total Geral de Carga Horária por série	1^a	2^a	3^a
Horas - Aulas Semanais	25	25	25
Horas/ Aula Anuais (40 semanas letivas)	1000	1000	1000
Carga Horária Total	3000		

Notas:

1. O currículo é constituído por uma Base Nacional Comum e por Itinerários da Educação Escolar Indígena, integrando e articulando aspectos da vida cidadã indígena com os seguintes temas transversais: Terra e conservação da biodiversidade.

Autossustentação.

Direitos, lutas e movimentos.

Ética.

Pluralidade cultural.

Saúde e Educação

Esses conhecimentos devem estar apontados no Projeto Político Pedagógico de cada escola indígena, sendo claramente especificados na organização das atividades curriculares e constantes no planejamento didático. Além deles, outros devem estar relacionados às temáticas a seguir:

- Nexos entre cultura, trabalho, tecnologia e ciência, contextualizados à dinâmica da relação entre comunidade indígena, comunidade local e nacional.
- Educação das Relações Étnico – raciais Lei nº. 11.645/2008.
- Política Nacional de Educação Ambiental, com destaque para a manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público – Lei 9.795/1999.
- Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos.
- Plano Nacional de Educação Fiscal.
- Educação em Saúde, com foco particular na defesa da saúde e em fatos epidemiológicos (nacionais e

locais), que sirvam de base para o entendimento sobre as principais questões de saúde dos povos indígenas brasileiros e baianos.

- Educação Alimentar e Nutricional, com base nos fundamentos da bioquímica dos alimentos, carências nutricionais e saúde e bem estar da população.

- Respeito e valorização do idoso, em consonância com o Estatuto do Idoso, nos termos da Lei nº10.741/2003.

2. A organização proposta atende aos princípios estabelecidos pela Resolução CNE/CEB nº 2/2012 no que diz respeito à:

- formação integral do estudante;
- trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;
- educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;
- sustentabilidade ambiental como meta universal;
- reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;
- Integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.

3. O foco dessa organização curricular está dirigido para os conteúdos universais e à consolidação das habilidades próprias da escrita e do conhecimento em Língua Estrangeira, como acentuam as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio.

4. O Componente Curricular de Língua Estrangeira Moderna deverá desenvolver habilidades de comunicação que dêem suporte ao entendimento de fatos comunicacionais em língua estrangeira moderna, principalmente aqueles dos quais a unidade escolar tenha mais aproximação.

5. O estudo da Língua Indígena dar-se-á com a perspectiva de retomada e revitalização da língua de cada povo indígena, considerando as origens comuns, os agrupamentos de famílias linguísticas e os processos de diversificação ocorridos ao longo do tempo. É função da escola criar políticas linguísticas de retomada e revitalização de línguas indígenas.

6. O ensino da Arte se propõe a valorizar e discutir a inserção da arte na sociedade como elemento dinamizador e construtor de culturas e, ademais, como agente de formação de sensibilidade estética, incluídas todas as linguagens artísticas, com destaque para Arte e Cultura Indígena.

7. A Educação Digital faz parte do currículo escolar. Deve ser desenvolvida através de atividades previstas no Projeto Pedagógico da Unidade Escolar em qualquer momento do desenvolvimento do currículo escolar, no âmbito de um dos seus componentes curriculares ou de vários deles.

8. A organização da carga horária de Filosofia e Sociologia, componentes obrigatórios em todas as séries do ensino médio deverá considerar o foco da organização do conhecimento filosófico e socioantropológico que dá suporte à organização e prática de vida coletiva das comunidades indígenas.

9. A Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao tratar da Educação Física em seu artigo 26, alterada pelas Leis nº. 10.328 e 10.793, § 3º assim se manifesta: “ A educação física integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo prática facultativa ao aluno:

I - que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II - maior de trinta anos de idade;

III - que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV - amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V - (VETADO)

VI - que tenha prole.

1.4.1 Itinerários da Educação Escolar Indígena

160. Os Itinerários formativos que seguem, dialogam com as dez competências gerais da Educação Básica presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), várias competências específicas das áreas de Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além disso, foram construídos em oficina de escuta com a participação de professores indígenas, gestores, lideranças, estudantes, pais e mães,

com propostas pedagógicas formativas condizentes com os contextos indígenas e que possibilitem melhor aproveitamento na formação dos estudantes, favorecendo o aprimoramento no desenvolvimento social, etnocultural e econômico. Rompendo, desta forma, com modelos os hegemônicos e pedagogias que não se adequam aos contextos indígenas, modelos e práticas historicamente integracionistas e civilizatórias, implantando projetos adequados as suas conjunturas sócio culturais.

161. As escolas indígenas através de suas práticas pedagógicas passaram a valorizar os conhecimentos tradicionais e os povos indígenas, ressignificando seus conhecimentos, tornando-se um espaço autônomo de troca de conhecimento e saberes. Dessa forma, os saberes de cada área serão trabalhados de forma intercultural e interdisciplinar nas práticas pedagógicas das escolas indígenas, promovendo aos estudantes indígenas e suas comunidades o fortalecimento e recuperação de suas memórias históricas, a (re)afirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas, ciências, práticas tradicionais, o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas conforme a legislação que normatiza a educação escolar indígena no Brasil.

162. Ademais, as propostas de Itinerários Formativos elaborados a partir dos anseios dos povos indígenas da Bahia, buscam, além de fortalecer as práticas tradicionais e educacionais de cada povo, investem em uma formação que possibilita um retorno para seus povos, sobretudo na área de conhecimento tradicional e profissional. Outro ponto importante é que está de acordo e respeita o disposto na Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, principalmente em seu artigo 2º que estabelece os seguintes objetivos:

I - orientar as escolas indígenas de educação básica e os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos;

II - orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico, articulado e sequenciado de Educação Básica entre suas diferentes etapas e modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas;

III - assegurar que os princípios da especificidade, do bilinguismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;

IV - assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das

respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários;

V - fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fornecendo diretrizes para a organização da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito dos territórios etnoeducacionais;

VI - normatizar dispositivos constantes na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 143/2003, no que se refere à educação e meios de comunicação, bem como os mecanismos de consulta livre, prévia e informada;

VII - orientar os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a incluir, tanto nos processos de formação de professores indígenas, quanto no funcionamento regular da Educação Escolar Indígena, a colaboração e atuação de especialistas em saberes tradicionais, como os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, pajés e xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas;

VIII - zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas.”

163. Nesse sentido, observando os princípios da especificidade, da interculturalidade, do diferenciado, e do bilinguismo, que norteiam a educação escolar indígena, esses Itinerários Formativos pretendem contribuir e fortalecer o processo de ensino e aprendizagem relacionados às competências gerais, às áreas de conhecimento e/ou formação técnica e profissional no contexto da comunidade indígena; favorecer a elaboração de um projeto de vida pertinente e adequado à vida do estudante indígena em acordo aos seus projetos societários; promover o fortalecimento das identidades indígenas e suas formas tradicionais de ser e estar no mundo; desenvolver habilidades e competências que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, sentindo-se também sujeito de direito e desse mundo, fortalecendo o diálogo com suas comunidade e orientando na tomada de decisões e ação nas mais diversas situações da vida cotidiana, seja ela na escola, nas aldeias, no trabalho e na vida.

164. São objetivos destes Itinerários Formativos:

- aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica e Profissional;

- concretizar a formação integral dos estudantes, desenvolvendo a autonomia necessária para que realizem seus projetos de vida, observando seus contextos societários, regionais e cosmovisão de suas comunidades;
- promover a inclusão de valores universais e de mundo, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, sustentabilidade, manejo de mundo e solidariedade;
- desenvolver e fortalecer habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações, situações da vida cotidiana, seja ela na escola, nas aldeias, no trabalho e na vida.
- promover o protagonismo dos estudantes indígenas junto as suas aldeias na valorização da vida social e coletiva;
- proporcionar condições necessárias aos estudantes à construção, fortalecimento do Bem Viver das aldeias às quais pertencem, valorizando as tradições socioculturais e valorização do manejo dos territórios tradicionais;
- compreender a importância dos conhecimentos científicos, associando esses conhecimentos aos seus modos de vida e práticas culturais próprias dos povos indígena;

165. Os Itinerários Formativos apresentados aqui estão organizados a partir de quatro eixos estruturantes:

- I. Investigação científica;
- II. Processos criativos;
- III. Mediação e intervenção sociocultural e
- IV. Empreendedorismo.

1.4.1.1 Gestão Territorial, Sustentabilidade, Manejo e Produção Agrícola em Terras Indígenas

166. Este Itinerário deve abordar conceitos, como: gestão territorial indígena, políticas públicas ambientais e indigenistas, estrutura do estado brasileiro, papel dos órgãos públicos, histórico da política ambiental e indigenista, participação, democracia participativa, espaços públicos, diagnósticos e planejamentos participativos, instrumentos de monitoramento e avaliação.

167. Esta abordagem é necessária para nivelar entendimentos básicos fundamentais para a compreensão do conceito de gestão ambiental e territorial, identificando e discutindo instrumentos e mecanismos de planejamento e diagnóstico, monitoramento e avaliação de ações de gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas (TIs).

168. O Itinerário pode proporcionar, ainda, a partir do estudo dos conhecimentos e tradições indígenas, a execução de atividades agrícolas, a utilização do sistema de rotação de roças – manejo ecológico do ambiente – para a produção de alimentos, a caça, a pesca e a coleta, possibilitando assim, a prática de seus sistemas de reciprocidades e fortalecendo os conhecimentos e tradições, bem como o reavivar/retomar as línguas indígenas dos povos indígenas da Bahia.

169. Componente Curricular
Gestão Territorial e Sustentabilidade em Terras Indígenas
Ementa
Territorialidades e políticas públicas. Formação territorial do Brasil e povos indígenas. Gestão territorial e ambiental nas terras indígenas. História do território indígena. Práticas indígenas de sustentabilidade. Gestão comunitária dos territórios indígenas. Reflorestamento de territórios indígenas degradados.
Referências
BANIWA, Gersen dos Santos Luciano. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje . Ministério da Educação, Secretariade Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; UNESCO 2006. Disponível em: < https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/livros/o-indio-brasileiro-o-que-voce-precisa-saber-sobre-os-povos-indigenas-no-brasil-de >. Acesso em: 07.08.2021.
LIMA, Antonio Carlos de Souza; OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. Processos Formativos em Gestão Territorial Indígena no Brasil: experiências, desafios e a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) . Rio de Janeiro. Mórula, 2019. Disponível em: < https://acervo.socioambiental/sites/default/files/documents/I2L00006.pdf >.

Acesso em 07.08.2021.

NOZOE, Nélson. **Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia**. São Paulo:FEA/USP. Disponível em: [http: <blig.ig.com.br/estudocoloniais/files/2009/06/artigo- -nelsonnozoe-pdf.pdf](http://blig.ig.com.br/estudocoloniais/files/2009/06/artigo-nelsonnozoe-pdf.pdf). [http://www.anpec.org.br/ revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf)>. Acesso em: 07.08.2021

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Indigenismo e Territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil**. Contemporânea. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, Kelly. **Diga ao povo que avance!** Movimento Indígena no Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

SOUSA, Cássio Noronha Inglês de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de Almeida. **Gestão Territorial em Terras Indígenas no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; UNESCO, 2015.

Disponível em: <(PDF) SOUSA, Cássio & ALMEIDA, Fábio (orgs.) 2015. Gestão territorial em terras indígenas no Brasil. Série Via dos Saberes n. 6. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/ Unesco. 268 pp. (researchgate.net)>. Acesso em 05.08.2021.

SMITH, Maira; STIBICH, Graziela e GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs). **PNGATI. Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas**. Brasília: Projeto GATI/Funai, 2016.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO HOFFMANN, M. (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002, p. 7-28

TOLEDO, Renata Ferraz de; GIATTI, Leandro Luiz; PELICIONI, Maria Cecília Focesi.

Urbanidade rural, território e sustentabilidade: relações de contato em uma comunidade indígena no noroeste amazônico. Ambiente & Sociedade, Campinas, v.12, n. 01, 2008. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a12>.

170. Componente Curricular
Educação Ambiental e Povos Indígenas
Ementa
Relações entre os povos indígenas e a natureza. Contextualização histórica da educação ambiental no âmbito internacional e nacional. Desenvolvimento sustentável. Manejo dos patrimônios ambientais dos territórios indígenas. Gestão do lixo nas aldeias. Práticas de reflorestamento. Cuidados e prevenção de incêndios nos territórios indígenas. Saneamento básico nas comunidades indígenas.
Referências
ARAÚJO, Ana Valéria. Terras Indígenas no Brasil: retrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento. In: FANY, Ricardo (Org.). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005, p. 26-36.
ARAÚJO, Fábio Xavier Sousa de; et al. Educação Ambiental nas sociedades indígenas brasileiras: uma breve análise. HOLOS, Ano 29, Vol. 5, 2013. Disponível em < http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1710 >. Acesso em 02.08.2021
AZANHA, Gilberto. Sustentabilidade nas sociedades indígenas brasileiras. Tellus. Campo Grande: UCDB ano 5, n. 8/9, p. 11 - 28, abr./out. 2005.

BANIWA, Gersen dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Ministério da Educação, Secretariade Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; UNESCO 2006.

Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/livros/o-indio-brasileiro-o-que-voce-precisa-saber-sobre-os-povos-indigenas-no-brasil-de>>. Acesso em: 07.08.2021.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004. DIEGUES,

DIEGUES, Antônio Carlos Santana & ARRUDA, R. S. V. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA. São Paulo : USP, 2001.

FENKER, E. A. **Impacto Ambiental e Dano Ambiental**. (24/12/2007). Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=35501>> Acesso em: 04.08.2021

SILVA, Rosa Helena Dias da. **Educação, cultura e meio ambiente: uma aproximação das concepções indígenas a partir do movimento dos professores indígenas da Amazônia**. Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 99-107, 2005.

STUMPF, Beatriz Osorio. **Construções Interculturais sobre Educação Ambiental Mbya Guarani**. In: X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

Disponível em < http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1166-0.pdf>. Acesso em 04.08.2021.

_____, Beatriz Osorio; WOLF, Denise Rosana; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Reflexões interculturais sobre educação ambiental indígena**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ Ambient, v.33, n.2, 2016. Disponível em < <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5701/3897>>.

171. Componente Curricular
Agroecologia e Horticultura
Ementa
Princípios indígenas agroecológicos na horticultura. Consciência ecológica e agroecossistemas. Base ecológica no manejo dos territórios indígenas. Implementação do manejo sustentável do solo. Importância alimentar e econômica da horticultura. A tecnologia pós-colheita, o correto manuseio de hortaliças. Comparação entre os sistemas de semeadura direta e produção de mudas. Os diversos tipos de mudas. Técnicas e noções básicas para produzir hortaliças em ambientes ecologicamente mais equilibrados. O cultivo e manejo de plantas alimentícias não convencionais.
Referências
ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 110 p. (Síntese Universitária, 54). ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989. BEZERRA, Fred Carvalho. Produção de mudas de hortaliças em ambiente protegido. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2003. 22 p. (Embrapa Agroindústria Tropical.Documentos72). FEHLAUER, Tércio. AYALA, Caroline. Agroecologia em terras indígenas: das fronteiras da sustentabilidade à das fronteiras da sustentabilidade à política de educação intercultural. Tellus, 2014. Disponível em: <a %3a-das-fronteiras-fehlauer-ayala="" c2d7f7b2e89b9de51fb9045e760df402d197d2ee"="" href="https://www.semanticscholar.org/paper/%E2%80%9CAgroecologia-em-terras-indigenas">https://www.semanticscholar.org/paper/%E2%80%9CAgroecologia-em-terras-indigenas"%3A-das-fronteiras-Fehlauer-Ayala/c2d7f7b2e89b9de51fb9045e760df402d197d2ee Acesso em 08.08.2021.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.

MOTTA, Ivo de Sá. LEONEL, Liliane Aico Kobayashi. PADOVAN, Milton Parron. SOUZA, Manuel Teixeira de. Horticultura Agroecológica em escala familiar em Mato Grosso do Sul. 2º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul. Dourados-MS, 2008. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/236326/1/31283.pdf> Acesso em 08.08.2021.

NORDER, Luiz Antonio C. TEIXEIRA, Carine Andrade. COSTA, Renata Maria Guerreiro Fontoura. SANTOS, Tatiane Ribeiro dos. TRINDADE, Elen Regina Romo. NOVASKI, Gustavo Scagliusi. POYARES, Gustavo de Andrade. JUNIOR, Mario Cesar Cadorin. ALENCAR, Maria Cleophas Faggion. **Agroecologia em Terras Indígenas no Brasil: uma revisão bibliográfica**. Espaço Ameríndio.

Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item212834/1/Norder-et-al-agroecologia-em-terras-indigenas.pdf>. Acesso em: 08.08.2021.

SOUZA, J.L de.; RESENDE, P. **Manual de Horticultura Orgânica**. 2ª Ed. Revisada. Viçosa: Aprenda Fácil, 2006. 564p.

1.4.1.2 Patrimônios, Territórios e Gestão do Turismo em Terras Indígenas

172. Definir patrimônio “material” e “imaterial”; representações simbólicas e sociais desempenhadas pelo patrimônio material e imaterial nas sociedades indígenas; Patrimônio material e imaterial dos Povos Indígenas da Bahia; arqueologia indígena dos povos da Bahia no contexto Nordeste do Brasil e assim, preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população indígena do Estado da Bahia, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens.

Compreender as mudanças territoriais dos antigos territórios de caça, pesca e coleta, a poluição dos rios e do solo que rareia, cada vez mais, a produção das roças no sistema nativo fazendo-se conhecer as inúmeras dificuldades de sobrevivência dos grupos indígenas da Bahia e buscar alternativas para minimizar os problemas detectados; promover a gestão do turismo de forma controlada a visitação nas TIs baianas, apreciar a paisagem, as manifestações culturais e os artefatos das etnias de forma valorativa,

aproveitar esse potencial e divulgar tanto a necessidade de conservação do patrimônio natural e cultural da Bahia, quanto a prestação de serviços turísticos para o desenvolvimento das comunidades locais. Dessa maneira, o turismo torna-se uma alternativa de desenvolvimento das comunidades indígenas, promove o registro histórico, ajuda no monitoramento das TIs, promove a gestão coletiva com a participação comunitária e a inclusão social e melhoria da qualidade de vida, nas TIs baianas.

173. Componente Curricular
Turismo em contextos Indígenas
Ementa
Histórico do turismo em contextos indígenas. Gestão e planejamento do turismo nas aldeias. Técnicas para o desenvolvimento de programas e roteiros para o turismo nas aldeias. Importância da manutenção da qualidade de vida ambiental no turismo em contextos indígenas.
Referências
CHAVES, Rodrigo Pádua Rodrigues. O Turismo Étnico em Comunidades Indígenas no Brasil: a Reserva Pataxó da Jaqueira e o Parque Indígena do Xingu in Colección Pasos Edita - Revista de Estudios Turísticos y Patrimonio Cultural. Tenerife. Espanha, 2012.
CRUZ, Jocilene Gomes da; NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa. Turismo de Base Comunitária: A Experiência Vivenciada na Comunidade Indígena Beija-Flor I no Município de Rio Preto da Eva – AM. Anais do I Colóquio de Turismo em Terras Indígenas. IESA – UFG. Goiânia, 2013.
DIAS, Reinaldo. Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo, Saraiva: 2008.
FARIA, Ivani Ferreira. Turismo em área indígena: Projeto Tiquié. In: VASCONCELOS, Fábio P. (Org). Turismo e Meio Ambiente. Fortaleza:FUNECE, 1998.
GASPARINETTI, Pedro. OZORIO, Rodrigo. Fortalecendo o Turismo em Terras Indígenas: análise de oferta e demanda do turismo na Bacia do Rio Juruena, Mato Grosso.

(documento de Trabalho). e CSF-Brasil e OPAN, 2019.

Disponível em:

https://www.conservation-strategy.org/sites/default/files/field-file/Fortalecendo_o_turismo_em_Terras_Indigenas_Documento_de_Trabalho_2.pdf

Acesso: 08.08.2021.

MARTINS, Clerton. **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Manual de Ecoturismo Indígena. Brasília: MMA, 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas**. Workshop. Bela Vista de Goiás, 1997 (Mimeo).

174. Componente Curricular
Etnoturismo
Ementa
Princípios do etnoturismo. Identificação e delimitação dos patrimônios materiais e imateriais propícios ao turismo nos territórios indígenas. Introdução aos conceitos de cultura e identidade e suas relações com o etnoturismo. Patrimônio cultural material e imaterial e os usos turísticos em contextos indígenas. Artesanato e turismo. Museus e turismo. Festejos tradicionais, celebrações e etnoturismo.
Referências
CRUZ, JocileneGomes da; NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa. Turismo de Base Comunitária: A Experiência Vivenciada na Comunidade Indígena Beija-Flor I no Município de Rio Preto da Eva-AM. Anais do I Colóquio de Turismo emTerras Indígenas. IESA-UFG. Goiânia, 2013.
FARIA, Ivani Ferreira. Ecoturismo Indígena-Território, Sustentabilidade,

Multiculturalismo: princípios para a autonomia. Tese de Doutorado em Geografia Física–USP. São Paulo, 2008.

_____, Ivani Ferreira. **Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas.** Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural . vol. 3, no.1 pags. 63-77, 2005. FUNAI - Fundação Nacional do Índio. (2015). Instrução Normativa Nº 03/2015 de 11 de junho de 2015 Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Brasília.

Disponível em: » <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cgetno/pdf/IN%2003.2015.pdf>.

FERNANDES, Cecília Maria Fernandes. **Etnoturismo e Turismo Indígena no Brasil:** uma revisão bibliográfica. 14º Congresso de Iniciação Científica. Goiás, 2014. Disponível em: <http://conic-semesp.org.br/anais/files/2014/trabalho-1000016877.pdf>. Acesso em: 08.08.2021.

FUNARI, Pedro Paulo. PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2003.

GASPARINETTI, Pedro. OZORIO, Rodrigo. **Fortalecendo o Turismo em Terras Indígenas: análise de oferta e demanda do turismo na Bacia do Rio Juruena,** Mato Grosso. (documento de Trabalho). e CSF-Brasil e OPAN, 2019.

Disponível em:

https://www.conservation-strategy.org/sites/default/files/field-file/Fortalecendo_o_turismo_em_Terras_Indigenas_Documento_de_Trabalho_2.pdf

Acesso: 08.08.2021.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Turismo e o "resgate" da cultura Pataxó.** In: BANDUCCI JUNIOR, A., BARRETO, M; (Orgs.) Turismo e identidade local: Uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Manual Indígena de Ecoturismo. Projeto GTC Amazônia. Brasília, 1997

SCHNEIDER, Alessandra; ALVARENGA, Fernanda. **Desenvolvimento de Produtos Turísticos em Terras Indígenas.** Anais do I Colóquio de Turismo em terras Indígenas. IESA–UFG. Goiânia,

2013.

_____. Turismo Pataxó: da Renovação Identitária à Profissionalização da Reservas. Anais do I Colóquio de Turismo em Terras Indígenas. IESA – UFG. Goiânia, 2013.

175. Componente Curricular

Tecnologias da Informação e Comunicação no Etnoturismo

Ementa

Culturas digitais. O uso de redes sociais, aplicativos, sites e outras tecnologias de comunicação aplicadas ao etnoturismo. Mídias digitais e etnoturismo. Contato e atendimento ao turista por meios digitais. Produção de roteiros e campanhas de etnoturismo em plataformas digitais.

Referências

GÖTZKE, Angela Paula Drawanz. DA ROCHA, Jaqueline Josiwana Steffens. BILESSIMO, Simone Meister Sommer Bilessimo. SILVA, Juarez Bento da. **O uso das tecnologias da informação e comunicação como ferramenta de gestão do conhecimento numa escola indígena.** Revista Novas Tecnologias da Informação, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/99552>. Acesso em: 08.08.2021.

JESUS, Naine Terena. MALDONADO, Maritza. **Ciberprofessores indígenas: narrativas através das Tecnologias da Informação e da Comunicação.** Tear – Revista de Educação e Tecnologia, V. 6, N. 1. 2017.

Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/2217>. Acesso em: 08.08.2021.

MIDDLETON, V. T. C. **Marketing turístico: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MORRISON, A. M. **Marketing de hospitalidade e turismo.** São Paulo: Cengage Learning,

2012.

O'BRIEN, James A., **Sistemas de Informação e as gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **E-business para o turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

NETTO, M. **Contexto e uso das mídias por populações indígenas brasileiras**: elementos que podem contribuir para a preservação e disseminação do conhecimento tradicional em meios digitais e internet. 2016. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-graduação em Engenharia e CINTED-UFRGS Revista Novas Tecnologias na Educação, V. 17 Nº 3, dezembro, 2019. DOI: 10.24051/revista.novas.tecnologias.na.educacao.v17n3.2019.167869. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167869>. Acesso em: 08.08.2021.

O'CONNOR, Peter. **Distribuição da informação eletrônica em turismo e hotelaria**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PINTO, Alejandra Aguilar. **A "inclusão" digital indígena na sociedade da informação**. V ENECULT - Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura, Bahia, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/28314437/A_INCLUS%C3%83O_DIGITAL_IND%C3%83GENA_NA_SOCIEDADE_DA_INFORMA%C3%83O. Acesso em: 08.08.2021.

VALADARES, S. M. B.; BRAGA, A. O.; BARBIN, S. E. **Tecnologias digitais como ferramentas para a manutenção e fortalecimento das línguas indígenas da Amazônia brasileira e áreas transfronteiriças**. 2005. Disponível em: <http://bibliotecascruzeiro.usp.br/3sibd/docs/valadares144.pdf>. Acesso em: 08.08.2021.

1.4.1.3 Laboratório de Práticas em Educação e Saúde Indígena

176. Compreender a relação entre territorialidade e gestão da escola indígena como estratégia para continuidade da comunidade em seu território de origem e a viabilização de projetos próprios de Bem Viver; o desenvolvimento de modelos de gestão comunitária e participativa pertinentes a arranjos sociais próprios dos povos e comunidades em que se insere a escola indígena; conhecer a história da Educação Escolar Indígena e contextualizar o surgimento das políticas de Educação Escolar Indígena no Brasil e na Bahia, conhecendo os princípios que orientam a organização, gestão e práticas pedagógicas próprias da Educação Escolar Indígena.

177. Pensar nas múltiplas possibilidades e/ou experiências já consolidadas de desenvolvimento de serviços de saúde que atendam as reais necessidades dos povos indígenas e que o fazem, retomando empiricamente os elementos constitutivos do conceito ampliado de saúde coletiva e de qualidade de vida; fomentar estudos sobre o cuidado em saúde e as práticas específicas de saúde, buscando a identificação e análise dos conhecimentos tradicionais, inovações e criações baseadas na tradição; identificar e avaliar estratégias de promoção da saúde e qualidade de vida para a população indígena, levando em consideração as práticas culturais, tradicionais e religiosas; trazer abordagens anticoloniais dos conhecimentos sobre saúde, Bem Viver e qualidade de vida.

178. Abordagens sobre práticas terapêuticas, conhecimentos, saberes, medicinas tradicionais, práticas terapêuticas e alimentares das comunidades indígena; conhecimentos populares em saúde (parteiras, benzedeiras, erveiras, rezadeiras etc.) e suas práticas de cuidado; saúde mental, segurança alimentar e nutricional das comunidades dos povos indígenas da Bahia.

179. Componente Curricular
Práticas Educativas em Saúde Indígena
Ementa
Conceitos básicos para compreensão da cultura e das práticas de saúde e cura dos povos indígenas. Processo saúde/doença: terapias curativas, preventivas; xamanismo; benzimentos; fitoterapia. A biomedicina na prática indígena. Biossegurança.

Referências

ANDRADE, João T. Sousa, Carlos Kleber Saraiva. **Práticas indígenas de cura no Nordeste brasileiro: discutindo políticas públicas e intermedialidade**. Openedition Journals, V. 41, N. 2, 2016.

Disponível em : <https://journals.openedition.org/aa/2581>. Acesso em: 08.08.2021.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. **Programa de Saúde Indígena: etnodesenvolvimento das sociedades indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. ISBN 85 - 334-0280-5.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

COIMBRA JR. C.E.A.; SANTOS, R. V. **Saúde, minorias e desigualdade**: Algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas. **Cien Saude Colet** 2000; 5:125-132.

GARNELO, Luiza. PONTES, Ana Lúcia. **Saude Indígena: uma introdução ao tema**. Série Via dos Saberes n.5, UNESCO, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf. Acesso em: 08.08.2021.

LANGDON, Jean Esther; GARNELO, Luiza (organizadoras). **Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa**. Rio de Janeiro: ABA/Contra Capa, 2004.

MOTA, Clarice Novais da. **Saúde e povos indígenas: tradição e mudança**. NEIP, 2015. Disponível em: https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/texto_clarice_01.pdf. Acesso em: 08.08.2021.

SCHWEIKARDT, Júlio Cesar. SILVA, Joana Maria Borges de Freitas, AHMADPOUR, Bahiyyeh Ahmadpour. **Saúde Indígena: Práticas e Saberes por um diálogo Intercultural**. Rede Reunida, 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/350939028Saude_indigena_praticas_e_saberes_por_um_dialogo_intercultural.

Acesso em: 08.08.2021.

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/secretaria-sesai>

<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/saude/cartilha-sobre-saude-indigena-cimi>

Relato de Experiência: <http://congressoanterior.org.br/RE0911-1.pdf>

180. Componente Curricular
Manipulação de Ervas Medicinais
Ementa
Noções básicas de botânica. História do uso de plantas medicinais. Biodiversidade e princípios bioativos em plantas medicinais, aromáticas e extratos vegetais diversos. Os princípios ativos das plantas. Partes úteis das plantas. Mapeamento das ervas tradicionais do território. Construção de ervários medicinais nas aldeias. Coleta, secagem, preparação e armazenamento de amostras. Época apropriada para coleta. Toxicidade das plantas medicinais. Farmácia viva. Obtenção de extratos e óleos essenciais. Produção de pomadas e garrafadas. Plantas sagradas e secretas (aspectos culturais)
Referências
BRANDÃO, M. G. L.; GRAEL, C.F.F.; MONTE-MOR, R.L.M.; PAULA-SOUZA, J.; SALIMENHA, M.F.; SANTOS, A.C.P.; SCALON, V. Biodiversidade, uso tradicional de plantas medicinais e produção de fitoterápicos em Minas Gerais. Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira, 2010. Minas http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A022.pdf. Acesso em: 08.08.2021. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília-DF, 2009. FERREIRA, Luciane Ouriques. A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas. In: Hist. cienc. Saúde Manguinhos, vol.20 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2013. Acesso: bit.ly/2ERUyL3 FRIEDRICH, Neidi Regina. Entre Xales, Cachimbos e Mulheres e Xamãs. 2016, 1 ed. Curitiba : Appris, 2016. ROCHA, Rebeca. MARISCO, Gabriele. Estudos etnobotânicos em comunidades indígenas

no Brasil.

Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciet/19250/2/4.pdf>. Acesso em: 08.08.2021.

RODRIGUES, E.; CARLINI, E.A. **Possíveis efeitos sobre o sistema nervoso central de plantas utilizadas por duas culturas brasileiras** (quilombolas e índios). Revista Arquivos Brasileiros de Fitomedicina Científica. São Paulo, v.1, n.3, p. 147-154, 2003. Disponível em: http://www.cee.unifesp.br/negros_e_indios_abfc.pdf
Acesso em: 08.08.2021.

SCHELLACK G. **Farmacologia:** Uma abordagem didática. São Paulo:Ed.Fundamento,2005.

SILVA, V.A. DA. **Etnobotânica dos índios Fulni – ô** (Pernambuco, Nordeste do Brasil). Recife, PE. Tese apresentada na Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2003.

SILVA, V.A.; ANDRADE, L.H.C. Etnobotânica Xucuru: espécies místicas. Santa Catarina, Ed. UFSC. Revista Biotemas, v.15, n.1, p. 45-57, 2002.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/21636>. Acesso em: 08.08.2021.

181. Componente Curricular
Primeiros Socorros
Ementa
Princípios gerais de primeiros socorros. Materiais de primeiros socorros. Acidentes: características e tipologia. Cuidados gerais e preliminares. Corpos estranhos nos olhos, ouvido, nariz ouvido e garganta. Desmaios e convulsões. Hemorragia e prevenção ao estado de choque. Ataduras. Fraturas e lesões das articulações. Ferimentos: superficiais e profundos. Métodos de respiração. Parada respiratória. Massagem cardíaca. Envenenamentos. Resgate e transporte de pessoas acidentadas.
Referências
BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Manual de Primeiros Socorros . Rio de

Janeiro:	FIOCRUZ,	2003.	Disponível
em: http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manualdeprimeirossocorros.pdf . Acesso em: 27 out. 2019.			
FLEGEL, M. J. Primeiros socorros no esporte . Tradução de Douglas Arthur Omena Futuro. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. E-book. [BV Pearson]. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/34764/pdf . Acesso em: 25 out. 2019.			
KARREN, K. J. et al. Primeiros socorros para estudantes . Tradução de Patrícia Fonseca Pereira, Douglas Arthur Omena Futuro. 10. ed. Barueri, SP: Manole Ebook. [BV Pearson]. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/34576/pdf . Acesso em: 26 out. 2019.			
LAMBERT, E. G. Guia prático de primeiros socorros . 3. ed São Paulo: Rideel, [2010?]. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/174253/pdf . Acesso em: 29 out. 2019.			

1.4.1.4 Artes, Patrimônios e Museologias Indígenas

182. Compreender as diversas maneiras de expressão cultural dos povos indígenas; guardar aspectos da arte indígena: pinturas, plumagens, cerâmica, cestarias, máscaras e até mesmo as danças e rituais; conhecer os elementos complementares da arte indígena como a madeira, miçangas, palmas, sementes, cipó, couros, ossos, casaca de coco, dentes, conchas, etc.; entender que junto a esses objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados, estão as expressões, representações, práticas, conhecimentos e técnicas que representam o patrimônio cultural imaterial.

183. Compreender que os povos indígenas desempenham importante papel na produção, salvaguarda, manutenção e na recriação do patrimônio cultural; promover o respeito à diversidade cultural assegurando aos indígenas o direito à cultura, à diferença e à diversidade cultural, tais como o direito autoral, o direito à liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, o direito à preservação do patrimônio histórico e cultural, o direito à diversidade e identidade cultural e o direito de acesso à cultura.

184. Componente Curricular
Educação Artística e Patrimonial
Ementa
Noções sobre a dimensão educativa do patrimônio artístico e cultural indígena. Reflexão crítica sobre a classificação de culturas superiores e inferiores. As diferentes técnicas artísticas indígenas e sua riqueza de detalhes (cerâmica, trançado, tecelagem, arte plumária, pintura corporal dança e música. Formas variadas de produção e técnicas desenvolvidas;
Referências
AGUILAR, N. (ed.). Artes indígenas: Mostra do Redescobrimento. Catálogo. São Paulo. 2000: 58-91. DE SALLES, S. G. FEITOSA, S. F.; LACERDA, R. F. Patrimônio cultural indígena: desafios para uma educação patrimonial decolonial. Roteiro, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 1–18, 2019. DOI: 10.18593/r.v44i2.17415. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17415. DIAS, José António Braga Fernandes. Arte, arte índia, artes indígenas. In AGUILAR, Nelson(org.). Mostra do Redescobrimento: artes indígenas. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos, Artes Visuais, 2000. LAGROU, Els. Arte Indígena no Brasil: Agência, Alteridade e Relação (Volume 4), Ed. C/Arte, 2013. MARTINS, Alberto e KOCK, Glória. Artes Indígenas. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2014.

WALACE, Rodrigues. **O ambiente escolar e a valorização cultural indígena.** Universidade Federal de Tocantins, 2016.

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314483818_O_AMBIENTE_ESCOLAR_E_A_VALORIZACAO_CULTURAL_INDIGENA.

185. Componente Curricular
Museu e Memórias Indígenas
Ementa
Importância da construção de espaços museais enquanto espaços privilegiados para atividades educativas. Museologia tradicional e Museologia Eurocêntrica. Apropriação do "museu" pelos povos indígenas. Pesquisa arqueológica e observação dos marcadores arqueológicos dentro dos territórios tradicionais. Diferenças sócio-étnico-culturais. Proteção do patrimônio cultural. Políticas públicas sobre patrimônio cultural. O direito e reconhecimento do patrimônio cultural indígena. Abordagem múltipla da identidade nacional, características plurais e alternativas.
Referências
BRASIL. Decreto n. 5.753, de 12 de abril de 2006. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial , adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 13 abr.

2006. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm. .

DE SALLES, S. G. FEITOSA, S. F.; LACERDA, R. F. **Patrimônio cultural indígena: desafios para uma educação patrimonial decolonial**. Roteiro, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 1–18, 2019. DOI: 10.18593/r.v44i2.17415. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17415>.

BREU, R. Museus indígenas no Brasil: notas sobre as experiências Tikuna, Wajãpi, Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi Kali'na. In: FAULHABER, P.; DOMINGUES, H. M. B.; BORGES, L. C. (org.). **Ciências e Fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

BITTENCOURT, J. N.; BENCHETRIT, S. F.; BOTTREL, V. L.. **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro**, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm.

FREIRE, J. R. B. A descoberta do museu pelos índios. Terra das Águas – Revista semestral do Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília, ano 1, n. 1, 1999.

GALLOIS, D. T (org.). **Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas**. Exemplos no Amapá e norte do Pará. São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena - IEPÉ, 2006. Disponível em: https://www.institutoiepe.org.br/media/livros/livro_patrimonio_cultural_imaterial_e_povos_indigenas-baixa_resolucao.pdf

SOUZA, Marcela Stockler Coelho de. A cultura invisível: conhecimento indígena e patrimônio imaterial. Openedition Journals. V. 35, N. 1, 2010. Disponível em : <http://journals.openedition.org/aa/813>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.813>

186. Componente Curricular
Patrimônio Material e Imaterial Indígena
Ementa
Registro de narrativas sobre a história da comunidade. A lógica sociobiológica ímpar de construção de saberes e de relação com o mundo natural. Valorização das línguas, danças, canções, celebrações, tradições, conhecimentos e outras formas de manifestações sociais. Formas novas de registro e difusão dos elementos culturais compartilhados por povos indígenas, os quais integram e exercem um papel fundamental no desenvolvimento da historicidade, estrutura sociocultural e projeto de nação brasileira. Identificação de elementos do patrimônio imaterial da sua comunidade. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos contemporâneos. Observação e registro das artes locais.
Referências
ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
GALLOIS, Dominique Tilkin (Org.). Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas. Exemplos no Amapá e Norte do Pará. Iepé: Macapá, 2006.
GRILLINI, Felippo Lenzi. As estratégias indígenas de resgate do “patrimônio cultural”

local como meio de reconhecimento político: uma reflexão sobre o impacto das pesquisas nas terras indígenas. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de S.; SANTOS, Myrian S. dos (Orgs.). **Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania) diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

SOUZA, Marcela Stockler Coelho de. **A cultura invisível: conhecimento indígena e patrimônio imaterial**. Openedition Journals. V. 35, N. 1, 2010. Disponível em : <https://journals.openedition.org/aa/813>

1.4.1.5 Laboratório Prático de Linguagens Audiovisuais Indígenas

187. Compreensão sobre a apropriação de linguagens audiovisuais como elemento favorável ao protagonismo dos povos indígenas, contribuindo para a desconstrução das imagens indígenas construídas ao longo do processo histórico brasileiro; promover a formação e produção audiovisual dos povos indígenas, dando visibilidade a expressão a partir do seu olhar e lugar de fala; conhecer e fazer uso das técnicas e linguagens audiovisuais.

188. Conhecer, valorizar, registrar e difundir o patrimônio e diversidade cultural e artística, projetos políticos e práticas de desenvolvimento presentes nas comunidades indígenas; estimular os indígenas a buscarem alternativas de futuro sustentável de acordo com seus projetos políticos e particularidades culturais; proporcionar a interação e a expressão da língua indígena e das suas narrativas, envolvendo o coletivo nas aldeias, resultando na produção de imagens e no registro da memória coletiva.

189. Fortalecer as identidades e seus patrimônios territoriais e culturais por meio de recursos audiovisuais, reconhecendo e valorizando a diversidade de manifestações, modos de vida e bens culturais produzidos pelos povos indígenas, promovendo tanto uma revisão de sua própria imagem quanto de sua representação na população não indígena; promover o reconhecimento das identidades locais e a valorização dos diferentes saberes e membros das comunidades, fortalecendo o debate e troca cultural com grupos não indígenas.

190. Componente Curricular
Comunicação Audiovisual
Ementa
Apreensão e apropriação do recurso audiovisual para o registro de sua cultura. Pesquisa de novos rituais e costumes. Difusão das mídias nas sociedades indígenas como instrumento da política colonial. A dominação cultural por meio das mídias de massa. A mídia como elemento de mediação cultural. A multiplicação de visões de mundo surgida com a sociedade da informação. A mensagem midiática como produtora de ressignificações por diferentes sujeitos. As culturas orais e o audiovisual como elemento para a interação e a expressão da língua e das suas narrativas.
Referências
ARAÚJO, Ana Carvalho Ziller. Cineastas indígenas: um outro olhar – guia para professores e alunos. Olinda, PE: Vídeo nas Aldeias, 2010a. ARAÚJO, Ana Carvalho Ziller (org.). Vídeo nas Aldeias 25 anos (1986-2011). Olinda, PE: Vídeo nas Aldeias, 2011. ARAÚJO, Ana Carvalho Ziller; CARELLI, Rita; CARELLI, Vincent. Cineastas Indígenas para Jovens e Crianças: guia didático para estudantes do ensino fundamental. Olinda, PE:

Vídeo nas Aldeias, 2010b.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

CARELLI, Vicente e CORREA, Mari. **Para os nossos netos – Trabalho Panará com vídeo**. Brasil: 2008. 9 minutos e 39 segundos. Disponível em: <http://www.youtube.com/user/VideoNasAldeias#p/u/5/jZnZAPZBn5g>

KUIKURO, Takumã e do Coletivo Kuikuro de Cinema Os Kuikuto se apresentam – VNA (2008). Brasil: 2008. 7 minutos e 8 segundos. Disponível em: <http://www.youtube.com/user/VideoNasAldeias#p/u/4/RsymYzBdck8>

PINHANTA, Isaac. “Você vê o mundo do outro e olha para o seu” (abril de 2004). In: www.videonaldeias.org.br.

DA SILVA, Eliete. **Mídias Nativas. A comunicação audiovisual indígena** - o caso do projeto Vídeo Nas Aldeias.

Disponível em: <file:///C:/Users/sonja/Downloads/36654-Texto%20do%20Artigo-123248-1-10-20101206.pdf>

_____ **Pós-Modernidade e mídias nativas: a comunicação indígena brasileira** audiovisual. Comunicação e Sociedade, v. 18, 2010.

Disponível em: <https://1library.org/document/y4gr8w0y-pos-modernidade-midias-nativas-comunicacao-indigena-brasileira-audiovisual.html>.

KUIKURO, Takumã e do Coletivo Kuikuro de Cinema Os Kuikuto se apresentam – VNA (2008). Brasil: 2008. 7 minutos e 8 segundos. Disponível em: <http://www.youtube.com/user/VideoNasAldeias#p/u/4/RsymYzBdck8>

VIDEO NAS ALDEIAS. **Conversa a cinco**. Participação de Eduardo Coutinho, Eduardo Scorel, Vincent Carelli, Mari Corrêa, Sérgio Bloch. S/Data. In: <http://www.videonaldeias.org.br/2009/biblioteca.php?c=15>.

191. Componente Curricular
Produção Audiovisual e Fortalecimento Identitário
Ementa
A produção audiovisual indígena como um vetor de enunciação e experimentação de linguagens e performatividades. A mudança de posição de “representação sobre eles” para a “auto-representação”. Apropriação de tecnologias comunicativas de representação e significação. Imagens de “índios”, discursiva e tecnologicamente criadas ao longo do processo histórico colonial e nacional. A interação com a linguagem cinematográfica e conteúdos enunciadores de identificações étnicas. A produção audiovisual indígena e o processo de autoconsciência coletiva da sua diversidade e das mudanças ocorridas nas suas culturas, ao mesmo tempo fornecendo os meios de fortalecê-las. O envolvimento comunitário na produção e no resultado do trabalho audiovisual.
Referências
AMARAL, Wagner Roberto. KASEKER, Monica Panis Kaseker. A comunicação Audiovisual como ferramenta de fortalecimento da escola indígena. Disponível em: posgrad.ulbra.br/periodicos/index.php/txra/article/download/5623 CARELLI, Vincent. Crônica de uma oficina de vídeo. São Paulo, agosto de 1998. In:http://www.videonasaldeias.org.br/2009/biblioteca.php?c=24 CORRÊA, Mari. Vídeo nas Aldeias no olhar do outro.(2006). Texto publicado no site do projeto Vídeo nas Aldeias:http://www.videonasaldeias.org.br/2009/biblioteca.php?c=18.

FRANÇA, Andrea. “Índios somos nós”. In: **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005**. [Editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardo]. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

LEMOS, Vinícius. **Jovem Xavante cria canal no YouTube para combater preconceito**: ‘Pensam que deixo de ser indígena por usar smartphone’. In BBC. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46427800>. A

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Rio de Janeiro, Cultrix, 1971.

OLIVEIRA, Fábio Pereira. **Novas perspectivas para o fortalecimento étnico e culturais através dos saberes audiovisuais**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/_doc/TCC.%20NOVAS%20PERSPECTIVAS%20PORA%20O%20FORTALECIMENTO%20ETNICO.pdf

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo**. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13811>.

SOUZA, Mara Vidal de. KASEKER, Monica Panis. **Youtubers indígenas no Brasil: abordagens políticas e comunicativas**. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/download/170506/162>

192. Componente Curricular
Protagonismo Indígena e Comunicação Audiovisual
Ementa
A transmissão de saberes e a comunicação audiovisual. O audiovisual e sua utilização na propagação de saberes. A valorização dos saberes ancestrais na comunicação audiovisual. A colaboração das mídias no combate ao racismo indígena. As novas possibilidades de manutenção da oralidade por meio da inserção de outros instrumentos que potencializem o alcance dos saberes

e cultura. A capacidade expressiva das imagens de englobar o fundamental da comunicação indígena: a oralidade e a corporalidade.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVARES, Alberto. Alberto Alvares, **cineasta indígena**: ‘É muito simples usar rituais para conseguir benefícios’. Entrevista concedida a Maiá Menezes. O Globo, Rio de Janeiro, 26 abr. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algoque-nao-sei/alberto-alvares-cineasta-indigena-muito-simples-usar-rituais-para-conseguir-beneficios-12310939>>. Acesso em 2 mar. 2018.

BRASIL, André; GONÇALVES, Marco Antonio. **Cinemas e Mídias Indígenas**: Construir Pontes, Recusá-las. Entrevista com Faye Ginsburg. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 559-579, dec. 2016.

CARELLI, Vincent. **Crônica de uma oficina de vídeo**, São Paulo, ago. 1998. Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/biblioteca.php?c=24>>. Acesso em 21 fev. 2018.

1.4.1.6 Direitos, Identidades Indígenas e suas Retomadas

193. Conhecer o conjunto de normas constitucionais que discorre sobre a proteção dos direitos indígenas relacionados não somente aos direitos originários às terras que tradicionalmente ocupam, mas também conhecer/reconhecer o respeito à organização social, aos costumes, às línguas, crenças e tradições; direitos fundamentais e a necessidade de sua efetivação.

194. Conhecer a política indigenista brasileira, compreender e analisar o contexto de construção dos direitos indígenas ao longo da história de reconhecimento dos povos indígenas no Brasil e na Bahia e ofertar apontamentos sobre esta política, fazendo uma abordagem sobre a contextualização do surgimento e atuação das agências de proteção tutelar do século XX, bem como, discutir a Legislação Internacional sobre Povos Indígenas no âmbito da História da Organização das nações Unidas (ONU); Declaração

Mundial dos Povos Indígenas; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização dos Estados Americanos (OEA) e Convenções Internacionais.

195. A luta pelo “princípio da igualdade” deve ser conduzida em paralelo com a luta pelo princípio do “reconhecimento da diferença”, proporcionando a recuperação do orgulho étnico, a reafirmação da identidade indígena, através de metodologias educacionais específicas, promovendo a superação do sentimento de inferioridade e impulsionando a reafirmação de identidades étnicas e culturais particulares de cada povo; compreender as especificidades do processo histórico da Bahia e os contatos e as relações entre indígenas e não indígenas na região das fronteiras baianas; o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo na região da Bahia; processos históricos para a formação e organização espacial dos povos indígenas e suas retomadas territoriais; processos de luta pela demarcação e fiscalização de seus territórios, pela construção de sua autonomia política e econômica.

196. Componente Curricular
Direitos indígenas
Ementa
Princípios gerais e normativos dos direitos para Povos indígenas no Brasil. O que a lei diz sobre o direito à terra, saúde e educação. Quais são os dispositivos legais que garantem os direitos sociais para Povos Indígenas. O direito de ter o território tradicional demarcado: direito à moradia. Conhecer as leis internacionais - Declaração Mundial dos Povos Indígenas; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização dos Estados Americanos (OEA) e Convenções Internacionais. Garantias legais sobre o respeito e garantias à organização social, aos costumes, às línguas, crenças e tradições.
Referências
ARAÚJO, Ana Valéria. Povos Indígenas e a Lei dos Brancos: o direito à diferença. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes volume 3. Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-59-X. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004373.pdf

CUNHA, Manuela Carneiro da. RODRIGUES, Samuel(Orgs). **Direitos dos Povos Indígenas em disputa. UNESP, 2018.**

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/download/70013/pdf>

Acesso em 09.08.2021.

GALVIS, Maria Clara. RAMIREZ, Angela, **Manual para defender os Direitos dos Povos Indígenas. DPLF/Due Process of Law Foundation**

Disponível em:

https://www.cimi.org.br/wpcontent/uploads/2017/11/manual_direitos_indigenas.pdf

Acesso em 09.08.2021.

197. Componente Curricular

Direitos identitários na construção da diferença

Ementa

O direito ao auto reconhecimento indígena e a constituição do nome na língua nativa. O que a lei diz sobre o direito de ter um nome específico e na língua nativa. Os rituais sagrados de batismo do nome étnico. O direito de preservação, afirmação e fortalecimento das identidades indígenas à luz do ordenamento jurídico, sobretudo à luz da CF de 1988. Quais os sentidos étnicos na constituição do nome? Organização social, rituais de batismo, costumes, línguas, crenças e tradições. Direito ao nome indígena no registro civil. Processos de retomadas e reavivamento das línguas indígenas. A prática dos rituais como fortalecimento cultural e identitário.

Referências

ARRUDA, R. S. V. Imagens do índio: signos da intolerância. In: FISCHMANN, R. (Org.). Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: Edusp, 2001.

COHN C. **Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura criança e cidadania ativa.** In: Perspectiva. Florianópolis. v. 23. n. 2. p. 485- 515, 2005. Perspectiva. Florianópolis. v.

23. n. 2.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva>

Acesso em 09.08.2021

CHIRIBOGA, Osvaldo Ruiz. **O direito à identidade** cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano. Scielo, 2006.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/xVYbxfpbPwYk6dxB4s3WBr/?lang=pt>. Acesso em 09.08.2021.

Acesso em 09.08.2021

OIT. **Convenção 169:** sobre povos indígenas e tribais. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf

LOPES, Aline Luciane. CORRÊA, Darcísio. **O multiculturalismo e os direitos fundamentais dos povos indígenas: a luta pela igualdade no Brasil da intolerância.** Revista Unipar, 2008

Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/juridica/article/viewFile/2762/2056>

Acesso em 09.08.2021.

NIMUENDAJÚ, Curt. “Nimongaraí – o batismo ritual de Nimuendajú”. In: **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**. Vol. 2, nº 1. Brasília, 2010.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. Parte Geral. Vol. I. 33ª edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2003.

SANTOS, Pedro dos. SILVA, Eduaardo Dias. **Além do arco e flecha: a construção étnico-identitária a partir da educação bilíngue indígena Potiguara-PB.** Revista Espaço Acadêmico, N. 199, 2017.

Disponível em: <https://periodicos.uem.br>

Acesso em 09.08.2021.

SILVA, Darci da - Karaí Nhe'ery. **NHEMONGARAI: RITUAIS DE BATISMO MBYA GUARANI.** Trabalho Conclusão do Curso de Graduação. Universidade Federal de Santa Catarina.

Disponível em

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204661/TCC%20->

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204661/TCC%20-%20Darci%20da%20Silva%20Karai%20Nhe%27ery.pdf?sequence=1>
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204661/TCC%20-%20Darci%20da%20Silva%20Karai%20Nhe%27ery.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204661/TCC%20-%20Darci%20da%20Silva%20Karai%20Nhe%27ery.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

WAGNER, Daize Fernanda. **Identidades étnicas, índios e direito penal no Brasil**. Revista DireitoGV, V. 14, N. 1, 2018
Disponível em:
https://www.scielo.br/j/rdgv/a/pMb5B3Pv6y4mb_hdJhPjYfgF/?lang=pt&format=pdf
Acesso em 09.08.2021.

198. Componente Curricular
Movimento indígena
Ementa
O movimento indígena no Brasil, avanços, desafios, perspectivas e trajetória de luta. Narrativas, vozes e estratégias de luta – conhecendo a história do meu povo, do território, à organização social, aos costumes, às línguas, crenças e tradições. História de luta e resistência dos povos indígenas do Brasil frente aos processos de luta, defesa e retomada dos territórios ancestrais. O censo do IBGE. Quantos e quais são os Povos Indígenas do Brasil? Onde estão localizados? Quantas línguas indígenas são faladas no Brasil? Quantos e quais são os Povos Indígenas da Bahia? Onde estão localizados? Quantas línguas são faladas na Bahia. Onde está localizado meu povo, quantas famílias vivem no território do meu povo? A organização social do meu povo.
Referências
BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e Políticas indígenas no Brasil contemporâneo . Revista Tellus ano 7, n. 12, out. 2007. Disponível em: http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/136 Acesso em: Acesso em 09.08.2021.

FERNANDES, Fernando Roque. Movimentos Indígenas no Brasil: o caráter étnico dos movimentos sociais da segunda metade do século XX. Periódicos UFSC

Disponível em:

<https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54>

1502109195_ARQUIVO_MovimentosIndigenasnoBrasil-ANPUH-FernandoFernandes.pdf

Acesso em 09.08.2021.

Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/a>

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na formação do Brasil.** Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes volume 2. Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 978-85-60731-17-6. Disponível em <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/index.htm>.

Povos Indígenas no Brasil - . Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/PHYPERLINK>
"[%HYPERLINK](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal)
"https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal"C3%A1gina_principal.

VIANA, Ilicia. MAHEIRIE, Kátia. **Identidades em Reinvenção:** O Fortalecimento Coletivo de Estudantes Indígenas no Meio Universitário. Rev. Polis Psique vol.7 no.3 Porto Alegre set./dez. 2017.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S2238-152X2017000300013

Acesso em 09.08.2021.

1.5 A Educação Profissional em Contextos Indígenas

199. A Educação Profissional em contextos indígenas é uma modalidade ainda recente, que merece uma atenção e produção de políticas curriculares em diálogos com os povos e territórios indígenas na Bahia, numa dinâmica “que deve existir na

escola em termos da construção de conhecimentos que venham a responder as demandas e expectativas de autonomia econômica e da formulação de projetos para o fortalecimento de uma comunidade indígena” (PROEJA, 2007, p. 12). Seguindo as orientações do documento de Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação Escolar Indígena: “A Educação Profissional indígena deve valorizar os conhecimentos e os processos próprios de ensino e aprendizagem dos Povos Indígenas; deve ser uma educação que se proponha a recuperar as pedagogias indígenas (PROEJA, 2007, p. 12). Para tanto:

“[...] vem a exigir uma organização curricular específica e sua permanente avaliação, além da reflexão sobre questões variadas de natureza didática, que subsidiarão as múltiplas escolhas e definições possíveis para formação de profissionais indígenas voltada para a vida social presente e futura de suas comunidades [...] essa formação deve desenvolver uma postura de compromisso e de responsabilidade para com os processos educativos e de autodeterminação [...] os conceitos teóricos não devem ser desenvolvidos de forma desligada da vida profissional indígena em serviço: é preciso promover a troca ampla de experiências vividas, que devem ser registradas, narradas, discutindo-se e avaliando-se as práticas nas mais diversas situações, muitas vezes, oriundas de sociedades, línguas e culturas diferentes [...] a apropriação indígena dos conhecimentos técnicos e tecnológicos úteis ao seu desenvolvimento econômico, cultural e social; deve respeitar a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas, deve fundamentar-se no envolvimento coletivo, comunitário e acatar os projetos sociais de busca de autonomia econômica, de autodefesa, de autovalorização” (PROEJA, 2007, p. 63-64).

200. Nesse sentido, a construção de uma Educação Profissional em contextos indígenas precisa levar em conta os projetos societários de cada povo indígena, estando em consonância com suas demandas territoriais. Os Itinerários Formativos da Educação Escolar Indígena, apresentados no Ensino Médio podem atuar como guias no oferecimento da Educação Profissional em contextos indígenas, onde já apresentam demandas dos seguintes cursos de formação técnica profissional: Técnico em Etnoturismo, Técnico em Agroecologia e Horticultura, Técnico em Saúde Indígena e Técnico em Agrofloresta.

1.7 Referências Bibliográficas

ABREU, R. Museus indígenas no Brasil: notas sobre as experiências Tikuna, Wajãpi, Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi Kali'na. In: FAULHABER, P.; DOMINGUES, H. M. B.; BORGES, L. C. (org.). **Ciências e Fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

ARAÚJO, Rosilene Cruz. Gerenciamento da educação escolar indígena, poder público e a relação com o movimento indígena: experiência e reflexão. Educação e Contemporaneidade: **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 19, n. 33, p.51- 60, jan./jun. 2010.

ARAÚJO, Rosilene Cruz. **Educação Escolar Indígena Intercultural e a Sustentabilidade Territorial**: uma abordagem histórica sobre as Escolas Indígenas Capitão Francisco Rodelas e Pataxó Coroa Vermelha. 2013. 140 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Salvador-BA. 2013.

ARAÚJO, Rosilene Cruz. **Tecendo saberes indígenas na escola**: caminhos para uma política pública de formação de professores e professoras indígenas no Território Etnoeducacional Yby Yara / Floriza Maria Sena Fernandes e Tatiane Cataá Cá Arfer Tuxá, organizadoras. Paulo Afonso: UNEB - Universidade do Estado da Bahia; Assis: Seike & Monteiro, 2019. 214 p. : il. (Série Etnosaberes).

BAHIA. Secretaria Estadual de Educação. **Decreto nº. 8.471/2003**. Salvador, BA: Conselho Estadual de Educação, 2003.

BAHIA. Secretaria Estadual de Educação. **Documento Referencial Curricular da Bahia – DCRB**, Salvador, BA, 2020.

BARBOSA, Maria C. S.; HORN, Maria da Graça S. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BOMFIM, Anari Braz; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da (Orgs.). **Revitalização de Língua Indígena e Educação Escolar Indígena Inclusiva**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/EGBA, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB 5/2012, publicada no DOU, 25/06/ 2012, Seção 1, p. 7.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio**. Resolução CNE/CEB 1/2015, publicada no DOU, 08/01/2015, Seção 1, p. 11.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 11, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1999. 109

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>.

Acesso em: 15 de abril , 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, **Estatuto do Índio**. Decreto nº 6001, 19 de dezembro, 1973.

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC, SEF, 1993. 22p. (Cadernos educação básica. Série institucional, 2).

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. 2. ed. Brasília: MEC/ SEF/DPEF, 1994.

BRASIL. **Resolução CEB Nº 3**, De 10 De Novembro De 1999, Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências, Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Decreto n. 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: [Disponível em: \[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm).

BRASIL. **Decreto n. 5.753**, de 12 de abril de 2006. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 13 abr. 2006. Disponível em: [Disponível em: \[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm). .

BRASIL. **Lei federal 10.172**. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 10/2011**, aprovado em 5 de outubro de 2011 – Consulta sobre a oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. **Programa de Saúde Indígena: etnodesenvolvimento das sociedades indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. ISBN 85 - 334-0280-5. 110

BRASIL, **Decreto nº 5.051**. Convenção nº 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais: MEC/SEF, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena 1995-2002**. MEC/SEF, 2002.

BRASIL. **Lei 11.645**, de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder

Executivo, Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.861/2009**, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais, 2009.

BRASIL. **Resolução Nº 5**, de 22 de Junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, Brasília: MEC/SECADI, 2012.

BRASIL. **DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**, Brasília: MEC/SECADI, 2012.

BRASIL. **Resolução Nº 1**, de 7 de Janeiro de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio, Brasília: MEC/SECADI, 2015.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 14/2015**, aprovado em 11 de novembro de 2015 – Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008, 2015.

BRASIL. **Documento Final da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: SECADI, 2014.

BRASIL. **PROEJA**: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação Escolar Indígena. Brasília: SECAD, 2007.

CANDAU, V. M. F.; RUSSO, K. **Interculturalidade E Educação Na América Latina**: uma construção plural, original e complexa, Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CANDAU, V. M. F.; RUSSO, K. **Interculturalidade e educação na América Latina**: uma construção plural, original e complexa. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educ. Soc.** [online]. 2012, vol.33, n.118, pp.235-250. ISSN 0101-7330.

COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA KIJETXAWÊ ZABELÊ – CEIKZ. **Relatório do I Encontro de Educação Infantil Pataxó**. Cumuruxatiba, 2016.

DIDONET, Vital. A avaliação na educação infantil. In.: Célia Maria Guimarães, Maria João Cardona, Daniele Ramos de Oliveira (Orgs.). **Fundamentos e práticas de avaliação na Educação Infantil**. 1ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

FERNANDES, Floriza Sena; SANTOS, Anny Carneiro. Formação de professores e professoras indígenas no chão das aldeias do Norte e Oeste da Bahia, Brasil. In.: **OPARÁ: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, vol 7, n. 10 (edição comemorativa) Paulo Afonso 2019.

FERNANDES, Floriza Sena; TUXÁ, Tatiane Cataá Cá Afer (Orgs). **Caminhos para uma Política Pública de Formação de Professores no Território Etnoeducacional Yby Yara**. Opará, Série etnosaberes. UNEB, Paulo Afonso, 2019.

FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Org's.). **Campos de experiência na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Leitura Crítica, 2015.

GALLOIS, D. T (Org.). **Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas**. Exemplos no Amapá e norte do Pará. São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena - IEPÉ, 2006. Disponível em: https://www.institutoiepe.org.br/media/livros/livro_patrimonio_cultural_imaterial_e_povos_indigenas-baixa_resolucao.pdf.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. 72 pp.

GRUPIONI, L. D. B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: **Formação de Professores indígenas: repensando trajetórias**. GRUPIONI, Luís Donizete (ORG). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Pág.39-68. (Coleção Educação para Todos).

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a Educação Escolar Indígena. In: **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores** (1. : 2001 : Brasília) Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação : formação de professores: educação indígena. / Marilda Almeida Marfan (Organizadora). __ Brasília : MEC, SEF, 2002. 204 p. : il. ; v.4

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A Educação Escolar Indígena no Brasil**: a passos lentos. In: RICARDO, Carlos Alberto (Org.). Povos indígenas no Brasil – 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. HOFFMANN, Jussara. Avaliar para Promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2008.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993.

LUCIANO, Gersen José dos Santos. **Educação para manejo do mundo**: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED, 2006. 227 p. (Coleção Educação para todos, 12). (Vias dos saberes, n. 1). Obra com apoio da Fundação Ford e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. Disponível em: . Acesso em: abr. 2021.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: Política, Cultura e Poder. **Currículo Sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.98-113, Jul/Dez 2006. 112

MAGALHAES, José Carlos Batista. **O que nós queremos é uma escola com o cheiro do nativo**: os modos de apropriação da escola pelos Tupinambá de Olivença. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2019.

MAHER, T. M. Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. In: **Formação de Professores indígenas**: repensando trajetórias. GRUPIONI, Luís Donizete (ORG). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Pág.11-37. (Coleção Educação para Todos).

MELIÀ, B. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo. Ed.: Loyola. 1979.

NASCIMENTO. Rita Gomes do. **Educação Escolar Indígena**: Políticas e tendências atuais. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.7, n. 13, p.333-344, jul/dez. 2013.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICARDO, S. M. B. Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: MEC/SECADI, 2006. p. 11-38.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. O resgate cultural como valor: reflexões antropológicas sobre a formação de professores indígenas. In: GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

SANTANA, José Valdir Jesus de. O que se quer com a diferença? Reflexões sobre educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural: o caso Kiriri. **Mujimbo**: Revista de Estudos Étnicos e Africanos, n. 1, p. 44-70, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo**: Para uma nova cultura política. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: **Educação e Sociedade**. Revista de Ciência da Educação. (Sociologia da Infância: pesquisas com crianças). v. 26, 2005.

SILVA, Rosa Helena Dias da. **A autonomia como valor e a articulação de possibilidades**: um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir dos seus encontros anuais. Quito: Abya Yala, 1999.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **A Educação Escolar Indígena no Processo de Revitalização Cultural Pataxó na Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê**. Teixeira de Freitas: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2009. (Monografia de Graduação em Pedagogia).

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **Hãmyá Kitoko Pataxó: trabalho, sociabilidades e agenciamentos entre as crianças Pataxó do Território Kaí-Pequi**. Itapetinga: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, 2013. (Monografia de Especialização em Ed. Infantil).

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. Espectros Essencialistas e Iluministas na Formação Inicial e Continuada de Professores Tupinikim e Guarani no Espírito Santo. In.: **XIX ENDIPE -Para onde vai a Didática? O enfrentamento às abordagens teóricas e desafios políticos da atualidade** (Painel - Educação e Relações Étnico-Raciais: escolarização e formação de quilombolas e indígenas). Cuiabá: UFMT, 2018.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. Por uma Didática Intercultural e Decolonial: uma análise sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil. In.: **XVIII ENDIPE - Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira** (Painel - Educação e Relações Étnico-Raciais: aportes pós-coloniais). Cuiabá: UFMT, 2016.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **Paisagens e Fluxos Curriculares Pataxó: processos de hibridização e biopolítica**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED/UERJ), 2019, (Tese de Doutorado).

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **Políticas Linguísticas de Revitalização entre os Pataxó do Território Kaí-Pequi**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND/Museu Nacional - UFRJ), 2019b, (Dissertação de Mestrado).

VIDAL, L. e SILVA, A. **Antropologia estética: enfoques teóricos e contribuições metodológicas**. In: Grafismo Indígena. Estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Edusp, 1992: 279-293.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999